



# O Patrimônio Arquitetônico Eclético: Considerações a partir do Casarão 34 em João Pessoa/PB/Brasil | Emanuely Mylena Veloza Silva

*Mestre em Artes Visuais pelo PPGAV - UFPE (2022), com Linha de Pesquisa em Teoria e História sobre as Artes Visuais. | manu200862@gmail.com*

[<http://lattes.cnpq.br/1702160511668392> | <https://orcid.org/0000-0003-0203-432X>]

**Resumo:** O Casarão 34 é um palacete cuja construção data do início do século XX e foi concretizado no estilo arquitetônico que hoje é conhecido como eclético. Sua construção está cercada de simbologias históricas/religiosas/urbanas e culturais que a cidade de João Pessoa estava vivenciando nas primeiras décadas dos 1900. Na atualidade, o palacete é uma importante Galeria de Arte da capital, sendo uma instituição pública que fomenta a arte paraibana e brasileira contemporânea. Este artigo tem o intuito de analisar o edifício através dos parâmetros históricos e urbanos, para entender sua origem de construção e função, além de analisar sua fachada e desvendar sua materialidade e símbolos contidos, para entender, brevemente, acerca de seu estilo de construção e depois sua conservação, preservação e seu tombamento, descrevendo as leis que o protegem como patrimônio material. O Casarão 34 está localizado em uma das seis praças que fazem parte do perímetro do Centro Histórico da cidade e hoje é um dos patrimônios arquitetônicos ecléticos mais importantes de João Pessoa.

**Palavras-chave:** Patrimônio Arquitetônico; Arquitetura Eclética; Casarão 34; João Pessoa/PB

**Abstract:** This article points out representative wooden images of black Carmelite saints, present in the northeast and southeast of Brazil. The time frame of the objects of study comprises the 16th to the 19th centuries, a period in which the Christianization of gentiles, blacks and browns was verified. The work of the brotherhoods of Rosário dos Pretos took place in the construction of a series of temples and mainly in the production of polychrome sculptures with diversified technique and iconography. The research used a theoretical-practical review to examine the collections of the aforementioned regions and included analyzes of sociocultural aspects, religious history, technical materials and image documentation. Such synthesis evidenced the predominance of the sculptures of the Elesban, and Iphigenia by the Carmelites, and provided the analysis of the technical, formal, stylistic and iconographic variety about these Catholic sculptures. The study facilitated the perception of specificities between the devotions, characteristics related to the collections of each state, their myths, origins, iconographic models and most recurrent construction techniques.

**Keywords:** Sculptures in polychrome wood. Carmelites. Black devotions. Santa Iphigenia. Saint Elesban



## Introdução

O Casarão 34, edifício de estilo eclético localizado em João Pessoa-PB, é um monumento que foi edificado em 1918 por ordem do recém arcebispo Dom Adauto<sup>1</sup>. Inicialmente, o prédio foi nomeado e teve função como Confederação Católica, instituição criada pela igreja para abrigar diversas atividades de cunho social, cultural e até artístico. A Confederação Católica de João Pessoa foi uma das primeiras criadas no Brasil e teve relevância nos eventos artístico-culturais do início do século XX na capital, abrigando, além de outras atividades, exposições de artistas de renome da época, exposições de objetos e mobiliário sacro, apresentações teatrais, circenses e de dança, além de ter participação importante no circuito de audiovisual da época: o edifício já em 1919 possuía um cinematógrafo *pathé* e foi um dos primeiros “equipamentos culturais” da segunda década dos 1900 a ter um projetor de filmes deste porte, portanto sendo, também, um dos primeiros cinemas da cidade de João Pessoa. Na contemporaneidade, é conhecido como Casarão 34 – número esse que é do próprio edifício – e desde a primeira década dos anos 2000 abriga o Salão Municipal de Artes Plásticas da Paraíba – SAMAP, funcionando como Galeria de Arte Contemporânea a partir de 2015.

Este artigo tem o intuito de analisar a história, a estética e o surgimento do Casarão 34. O edifício começou de acordo como o já citado palacete da Confederação Católica, inaugurado em meio a diversos fatos importantes que a cidade de João Pessoa presenciou no início do século XX. Foi uma instituição que, além de formar as pessoas de maneira artística e cultural (dentro dos parâmetros religiosos), sua construção se materializou em um estilo arquitetônico que começava a ‘embelezar’ a cidade nas primeiras décadas do século XX: o eclético, que seguia a vasta reforma urbanística na época, inclusive na praça em que o palacete foi construído, a praça Conselheiro Henriques, hoje Praça Dom Adauto.

Portanto, o intuito aqui é desvelar os aspectos histórico-estéticos do edifício e compreender os processos de modernização tanto da igreja como da cidade, para entender a arquitetura eclética na capital de João Pessoa, além de tratar da sua patrimonialização, analisando as leis que o protegem e que auxiliam na sua conservação e preservação. A arquitetura eclética é recente como parte inclusiva da estrutura do patrimônio material brasileiro, sendo atuais seus estudos e sua consideração dentro do rol dos patrimônios arquitetônicos.



Este texto é um recorte que faz parte da dissertação apresentada pela autora no Mestrado de Artes Visuais pelo PPGAV UFPE/UFPB (Programa Associado de Pós- Graduação em Artes Visuais da Universidade Federal de Pernambuco e Universidade Federal da Paraíba), intitulada “O Edifício 34 como palimpsesto para as Artes Visuais em João Pessoa/PB”, sob a linha de pesquisa dos Processos Teóricos e Históricos em Artes Visuais, tendo a orientação da prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Sabrina Fernandes Melo.

### **Modernização urbana e estética: algumas considerações**

Antes da década de 1930, mais especificamente a partir da primeira década dos anos 1900, as reformas urbanas e arquitetônicas do Rio de Janeiro, e posteriormente de São Paulo, Recife e Manaus, por exemplo, são iniciadas numa tentativa de embelezar a cidade e torná-las mais ‘civilizadas’. Essas reformas, além da influência dos países do Ocidente – em especial a França – têm também como base a nova sociedade burguesa brasileira, que quer transmitir sua riqueza e ‘cultura’ através de seus grandes casarões ecléticos nas principais ruas e avenidas das cidades.

Segundo Moura Filha<sup>2</sup>, o trinômio da modernização do início do século e que serviu de base para as reformas eram: sanear, circular e embelezar. Há também as novas maneiras de usufruir o espaço da cidade:

Foram criadas condições para o aparecimento de um novo conceito, o da higiene, e como resultado direto disso veio também a vegetação, o sol e o espaço, que são considerados como elementos essenciais para o paisagismo e urbanismo [...]. As cidades se tornaram um local privilegiado para usufruir o conforto material e contemplar as inovações introduzidas pela modernidade<sup>3</sup>.

Esse ‘embelezamento’ se deve em sua maior parte aos aspectos visuais dos edifícios e monumentos. A própria fachada era uma espécie de tela: no início do século XX, a “renovação da linguagem plástica dos edifícios, contribuindo para a recomposição dos ambientes urbanos, foram enriquecidos por novos significados e símbolos”<sup>4</sup>. A obra arquitetônica, portanto, deixa de ser apenas uma resposta ao motivo pelo qual foi solicitada e passa a ser tratada como um ‘signo’, expressando um modelo estético que atende à ideologia de determinado período. Existe agora uma nova definição dos conceitos de cidade, arquitetura, monumento: a beleza vinha primeiro, e tudo deveria atender ao cenário de prosperidade e ‘progresso’ de idealização enquanto ‘vitrine’ de determinada



sociedade e região. O principal estilo que vai atender a essa nova demanda será o eclético, que foi o estilo escolhido para o projeto do Casarão 34 e será visto com mais detalhes no próximo subtópico.

Localizando essa modernização na Paraíba, e mais especificamente em João Pessoa, assim como o Rio Grande do Norte, Ceará e Alagoas na virada do século XIX para o XX, a Paraíba passou por um processo de transformação urbana caracterizado por intervenções pontuais e de pequeno porte. Porém, mesmo embora esses fatos e pela localização, sendo uma região economicamente “enfraquecida e empobrecida [...] vai entrar no século XX com uma estrutura mínima que vai permitir, em maior ou menor escala, acompanhar as transformações que se processavam no Brasil”<sup>5</sup>.

O fator visual de cunho ‘colonial’ ainda era muito presente na cidade de João Pessoa no início do século XX, e assim como outras capitais que já vinham transformando seus espaços públicos e sua arquitetura em estilos mais modernos, como o Art Nouveau e o eclético, a cidade paraibana entrou em um período de transformações arquitetônicas e artísticas, seguindo o ‘avanço’ tão almejado pelos pessoenses<sup>6</sup>.

É importante lembrar que, antes do ano de 1937, no surgimento do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN (e até pouco depois, quando se institui com mais firmeza o tombamento, único recurso na época utilizado para preservar os bens materiais) no Brasil, ainda não havia uma política de proteção dos antigos edifícios – como os monumentos em estilo colonial – ou até mesmo a atual discussão de conservação e preservação e o debate sobre memória, ou dos monumentos históricos de séculos passados que fazem parte da história do Brasil. A destruição e derrubada de antigas vias, becos, ruas, edifícios e outros monumentos que faziam relação com o passado em estilo colonial e ‘atrasado’ era interpretada como necessária pois, naquela época, o ‘progresso’ urbano e estético era tido como essencial para o desenvolvimento das cidades.

O governo de Camillo de Holand<sup>7</sup> já em seu início de mandato demonstrou preocupação com o ‘embelezamento’ da cidade. O aspecto visual, como dito antes, era uma questão muito importante para as capitais, pois, além de vários fatores, demonstrava que a cidade possuía acesso às últimas tecnologias (como o aço) e também seguia à risca os valores da Europa de arte e cultura. De acordo com uma reportagem do Jornal *A União*, de 1920, acerca de uma fala do governador já citado, ele relatou que “a remodelação da capital preocupou-nos



fortemente, dadas as lacunas da cidade, cuja feição ainda colonial contrastava com nossos anseios de progresso”<sup>8</sup>.

Já em 1922, em outra reportagem do jornal, o autor da crítica já nos descreve uma ‘cidade da Parahyba’ mais avançada arquitetônica e urbanisticamente, com uma visualidade mais progressista. Percebe-se que o aspecto visual do colonial sempre é relacionado com o ‘antigo’, ‘atrasado’, e o ‘estético’ ou ‘belo’, ligados aos valores dos estilos artísticos modernos:

A nossa capital vai dia a dia tomando um novo e atraente aspecto de cidade moderna e se libertando de velhas edificações de archaico estylo colonial que desaparecem para ceder lugar a elegantes prédios ou vivendas, construídos em cimento armado, segundo os lineamentos e regras da moderna architectura<sup>9</sup>.

Com características mais modernas e progressistas, assim a ‘cidade da Parahyba’ ia se tornando mais avançada em aspectos urbanísticos. Segundo Moraes,

Com as intervenções urbanas realizadas durante a administração de Camillo de Holanda (1916-1920) a cidade experimentou uma fase de constante progresso, crescimento e expansão, modificando o aspecto físico, social e econômico colonial da urbe, através do saneamento, com instalação de água, esgoto e luz elétrica<sup>10</sup>.

Foram nessas primeiras décadas do século XX, especialmente em 1916, que chegaram alguns arquitetos do exterior para dar início às obras de reforma urbana, como Raphael de Hollanda, Pascoal Fiorillo, Hermenegildo Di Lascio e Giacomo Palumbo, por exemplo, para acompanhar esse novo desenvolvimento cultural e artístico da cidade, como também houve outras personalidades de áreas importantes que contribuíram para o cenário e imaginário modernista paraibano:

Profissionais de outras áreas também foram imprescindíveis na formação cultural [...] parahybana: na difusão das letras, das artes, da poesia, da antropologia, da imprensa, da política e da história, contribuíram efetivamente [...] as personalidades de José Américo, Celso Mariz, Perilo de Oliveira, Eptácio Pessoa, Octacílio de Albuquerque, entre tantos outros<sup>11</sup>.

Outra construção importante a se destacar em João Pessoa no começo do século XX é a reforma, iniciada em 1905, do palácio Episcopal, antigo convento do conjunto da Ordem dos Carmelitas e que se localiza em frente ao Casarão 34 (ver figuras 04, 05 e 06):



Nos primeiros anos do século XX, novas contribuições para a arquitetura da cidade da Paraíba foram escassas e pontuais, entretanto os exemplares construídos por iniciativa da Igreja Católica foram de grande valia para a paisagem da Cidade Alta, exemplifica-se a reforma do Conjunto Carmelita realizada em 1906. A edificação antigamente composta com grandes proporções de traços coloniais portugueses foi mascarada pela estética do classicismo acadêmico para locação do Palácio Episcopal, representando elegância, modernidade e em conformidade com modelos internacionais<sup>12</sup>.

Detalhe importante que incrementou a visualidade da Praça Conselheiro Henriques, atualmente conhecida como Praça Dom Adauto foi o monumento erguido em homenagem ao segundo governador republicano do Estado da Paraíba, o Dr. Álvaro Lopes Machado. O campo visual, em decorrência da nova da reforma da praça, permitia a ampla visualização do monumento erguido à memória do governador, do Conjunto Carmelita e de seu entorno composto por várias residências e casarões.

163



[Fig. 1]: Desconhecido. Atual *Biblioteca Pública Augusto dos Anjos*. Século XIX. João Pessoa-PB. Fotografia: Memória Virtual do TJ-PB.



[Fig. 2]: Desconhecido. *Teatro Santa Rosa*. Século XIX. João Pessoa-PB. Fotografia: Site Turismo João Pessoa.

164



[Fig. 3]: Atual sede do *Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba*. Século XX. João Pessoa-PB. Fotografia da Autora, 2021.



[Fig. 4]: Desconhecido. Antiga *Praça Conselheiro Henriques*, 1906. João Pessoa-PB.  
Fotografia do Acervo do Arquivo da Arquidiocese da Paraíba.

165



[Fig. 5]: Desconhecido. Praça Conselheiro Henriques – atual *Praça Dom Adauto*- depois  
da reforma, 1920. João Pessoa-PB. Fonte:  
<http://anpur.org.br/xviiienanpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=198>



[Fig. 6]: Praça Dom Adauto na atualidade, 2021. João Pessoa-PB. Fotografia da autora.

Nota-se, portanto, que a capital paraibana vinha se modernizando a passos lentos, com construções, obras e reformas mais pontuais, e o que vai predominar, essencialmente, é o estilo Neoclássico, como no resto do Brasil. Apenas a partir da primeira década do século XX, a cidade dá início às suas obras de maior porte, sendo as construções em estilo Art Nouveau e em estilo eclético as que terão mais demanda e destaque.

#### A Arquitetura Eclética e o Surgimento do Casarão 34

Como visto anteriormente, a arquitetura ganhou novas formas visuais e plásticas na virada do século XIX para o XX. Ainda em voga, mas deixado de lado com mais frequência, o estilo Neoclássico<sup>13</sup> vai perdendo sua influência<sup>14</sup> para o Art Nouveau<sup>15</sup> e o eclético<sup>16</sup>, que já vinham sendo aplicados no século XIX:

O Eclétismo foi a expressão da arquitetura que se manifestou após o Neoclassicismo, apoiado, principalmente, pela burguesia em ascensão. O século XIX foi uma espécie de renascimento na arquitetura. [...] No fim do século XIX, os arquitetos começaram



a projetar edifícios decorativos em diversos estilos. Essa arquitetura é conhecida como Eclética. A palavra ecletismo significa a atitude antiga de formar um todo a partir da justaposição de elementos escolhidos entre diferentes sistemas. Pode ser eclético um sistema moral ou filosófico, uma coleção de objetos ou simplesmente o gosto ao vestir-se<sup>17</sup>.

Portanto, neste subitem pretende-se debater o estilo eclético e desvendar sua linguagem através da sua fachada, a dita ‘arquitetura falante’, aspecto presente na arquitetura eclética que será visto mais adiante. Entendendo sua plasticidade e seus aspectos visuais-decorativos, conseqüentemente tenta-se compreender o porquê de, atualmente, o edifício ter sido tombado e seu significado como monumento histórico da cidade de João Pessoa.

Arquitetura eclética seria, em uma forma mais estrita, aquela “que associa num mesmo edifício referências estilísticas de diferentes origens e de diferentes períodos históricos”<sup>18</sup>. Para o termo ‘eclético’ na arquitetura e nas artes decorativas, o pesquisador e arquiteto Francis Ching refletiu o estilo como uma inspiração de um “amplo espectro de estilos históricos, sendo a escolha ditada, em cada caso, pelo que se julga adequar-se às tradições locais, a geografia ou a cultura”<sup>19</sup>.

É fato que é em Paris que surge a escola onde se desenvolve primeiro o estilo, em meados do século XIX<sup>20</sup> e é a partir dela que o movimento se dissemina. É interessante notar que nessa época, os arquitetos franceses também disseminaram uma espécie de ‘ideia’ que seria a porta-voz da arquitetura eclética: A busca através de todos os sistemas que foram “[...] propostos na história para dizer a verdade do mundo e dos elementos úteis para o presente era o programa do Ecletismo. O slogan adotado por arquitetos franceses em 1840 era: *Le beau, le vrai, l’utile*<sup>21</sup>.

É nas primeiras décadas do século XX, aqui no Brasil (entre 1903 a 1905), que o estilo se espalha com mais rapidez, período em que recentemente havia ocorrido a proclamação da República<sup>22</sup>. Portanto, decide-se reconstruir a imagem simbólica das cidades, onde o desejo era o de transmitir a recente e promissora república implantada, a busca pelo alcance em estar no mesmo patamar artístico-sócio-cultural das principais capitais na Europa, além também de querer passar a mensagem de que o Brasil era, começando pelo Rio de Janeiro – como também no caso de Belo Horizonte, que foi um caso de “criação integral de uma capital totalmente vazada nos modelos ecléticos”<sup>23</sup> – uma nação moderna, civilizada e progressista. E, novamente, a burguesia brasileira em ascensão também teve um papel fundamental e basilar para a disseminação do estilo, apropriando-o nos seus



casarões urbanos, nos pontos comerciais e até mesmo em edifícios de maior porte, como construções religiosas, tribunais e outras construções públicas<sup>24</sup>. A arquitetura do final do século XIX e no começo do XX foi, sem hesitação, eclética em todas as regiões e capitais do país.

O Eclétismo, para além de sua plasticidade e significados, é uma “atitude de espírito”<sup>25</sup>. Diversas causas e conseqüências apontam para seu desenvolvimento no Brasil como visto acima, mas a característica mais marcante do “[...] eclétismo foi, pois, em arquitetura, conciliação e progresso, tradicionalismo e progresso ou, como se diria depois, ordem – com uma conotação determinada – e progresso”<sup>26</sup>. Annateresa Fabris também nos dá uma ótica que complementa esses pensamentos:

[...] o Brasil que ingressa no século XX quer apagar de uma só vez os traços do passado, aderindo incondicionalmente a história da arte europeia: quer participar de uma cultura que considera sua, por não reconhecer-se nas expressões geradas no país. O passado colonial é negado como um todo e alguns fatores contemporâneos acabam por radicalizar o processo, sejam eles o crescimento da cidade em sentido capitalista, a requerer um espaço diferente do tradicional. sejam eles a entrada maciça de imigrantes no país, portadores de outras concepções culturais, inclusive arquitetônicas<sup>27</sup>.

168

Tratando-se especificamente da sua tipologia e visualidade – principalmente das fachadas, parte construtiva da obra arquitetônica onde há uma imponência maior, pois, a mesma é a ‘porta de entrada’ da obra, além de ter uma maior presença de elementos decorativos, ornamentais e possuir o portão de entrada e janelas principais do edifício – é (essencialmente) nela que a narrativa estará contida.

Segundo Pedone, não há um conjunto de referências ou tipologia que resuma os projetos: “essa arquitetura aqui agrupada jamais teve a intenção de partilhar uma doutrina, os arquitetos estavam conscientes das divergências de suas análises”<sup>28</sup>. Porém, como em todo estudo no limiar da história da arte e da arquitetura, há alguns pontos de partida para a identificação e reconhecimento de uma arquitetura dita ‘eclética’. Luciano Patetta identifica algumas correntes, mais precisamente princípios ideológicos:

[...] Composição Estilística, o Historicismo Tipológico e a dos Pastiches Compositivos. No caso da Composição Estilística, temos sua base na adoção da imitação de formas, que eram tidas como coerentes e corretas no passado e que pertenciam a um estilo arquitetônico único e preciso, são as tendências neogregas, neo-egípcias e neogóticas. O Historicismo Tipológico orientava a escolha da tipologia de acordo com o programa que as edificações iriam receber, onde viam na Idade Média os traços para as novas igrejas, no Renascimento a elegância para as



edificações públicas, no Barroco ou estilos orientais a flexibilidade para os equipamentos de lazer e no Classicismo o caráter para os edifícios do parlamento, de museus e ministérios. No caso dos Pastiches Compositivos havia uma maior liberdade em criar soluções arquitetônicas, que se vistas sob o julgo histórico seriam inadmissíveis, mas muitas delas possuíam interessantes soluções estruturais e até de certo modo avançadas<sup>29</sup>.

Há também algumas características básicas para a arquitetura eclética, como simetria, sendo uma propriedade geométrica de um volume que admite o exato rebatimento de si mesmo em relação a pelo menos um plano, portanto, sendo empregada em plantas, fachadas e em peças ornamentais. Há a composição: trata-se de uma série de esquemas gráficos onde a composição em arquitetura é vista como um sistema que objetiva a hierarquia dos espaços e dos eixos para proporcionar a monumentalidade e o conforto. Na Proporção, há um desenvolvimento das duas características anteriores, onde há o acomodamento geométrico das partes entre si e também em relação ao todo. Há também a ornamentação e o termo arquitetura falante. Aqui a arquitetura deve expressar pelo estilo qual função exerce: é “uma característica essencial do ecletismo e base teórica da variedade de estilos e mesmo de sua mistura”<sup>30</sup>.

Será comum notar também o desaparecimento de alguns elementos arquitetônicos, como beirais, platibandas e usos de florões. Porém, surge um novo quadro de diversidade, acumulação e evocação: projetos com cabeças de deuses gregos e romanos, dragões, leões e cariátides eram encontrados em profusão na nova arquitetura. Inclusive, muitos arquitetos se especializam em dominar a técnica e arte dos ornamentos e como incorporá-los ao projeto. Os elementos ornamentais e decorativos, portanto, “deveriam estar integrados ao edifício, e não acrescentados a ele”<sup>31</sup>. Esses elementos visuais deveriam ser pensados com a mesma importância que outros aspectos arquitetônicos do edifício. Na fachada, eles deveriam ser pensados como que “emergindo” da sua estrutura: uma das partes de um todo. É por isso que a fachada torna-se um dos elementos mais chamativos da arquitetura eclética, pois ela tornou-se a base do significado e da simbologia arquitetônica do monumento.





**[Fig. 8]:** Desconhecido. *Edifício dos Correios e Telégrafos*. século XX. João Pessoa-PB. Fotografia do Acervo Anibal Moura Melo. Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/756523/projeto-memoria-joao-pessoa-promove-a-educacao-patrimonial-na-paraiba/54537c0ce58ece4c0800015e>



**[Fig. 9]:** Desconhecido. Antigo Colégio da Arquidiocese Pio XII – atual *Faculdade de Ciências Médicas*- Século XX. João Pessoa-PB. Fotografia: Site Paraíba Criativa. Fonte: <https://www.paraibacriativa.com.br/artista/faculdade-de-ciencias-medicas>



**[Fig. 10]:** *Duas residências na rua Duque de Caxias*. Século XX. João Pessoa-PB. Fotografia da autora, 2021





[Fig. 11]: Edifício da *loja maçônica Branca Dias*, Século XX. João Pessoa-PB. Fotografia da autora, 2021.



A cidade de João Pessoa possui diversos exemplares ecléticos, desde grandes monumentos arquitetônicos, como o prédio dos Correios e Telégrafos (**ver figura 08**), a atual Faculdade de Ciências Médicas (**ver figura 09**) até edifícios comerciais, religiosos e residências civis (**ver figuras 07 e 10**). Percebe-se como cada um, mesmo sendo do mesmo estilo arquitetônico – o eclético – comunicam e narram mensagens diferentes. Utilizam de elementos em comum, como o balaústre nas janelas, mas cada edifício projeta seu tipo de ornamento (ou a quantidade deles) de forma particular. Portanto, ressalta-se o que já foi dito acima, onde o estilo eclético possui elementos e disposições que são facilmente elencadas e identificadas em grande parte dos monumentos, porém, de maneira individual e de acordo com sua função – e a narrativa que quer passar –, os edifícios possuem fachadas únicas e singulares entre si.

A transformação e a modernização das cidades e dos monumentos arquitetônicos também se desenvolveu sob a ótica da nova situação política e econômica do Brasil. A nova burguesia e a implantação da República no final do século XIX, com sua nova Constituição de 1891, trouxe mudanças diversas e reformulou várias áreas, onde houve novos paradigmas nos âmbitos sociais, culturais e religiosos. É interessante entender essa nova forma que o país viveu para chegarmos na criação do *locus* deste estudo. O Casarão 34, portanto, nasce dessas novas reformulações e modernizações urbanas, estéticas e político-religiosas.

O decreto nº119-A de janeiro de 1890 institui a separação das atividades da igreja católica com o Estado brasileiro<sup>32</sup>, tendo como grande personalidade à frente desse processo o polímata Ruy Barbosa. Com essa dissociação de tamanho notável para a sociedade brasileira e, claro, para a própria Igreja católica, a mesma necessitou trilhar novos caminhos e estratégias, tanto para tentar acompanhar a modernidade que chegava a passos curtos no Brasil, quanto para não perder seu poder nas diversas camadas sociais. Uma das iniciativas adotadas pela Igreja foi a criação das Confederações Católicas.

Portanto, é com esse cenário de reinvenção da Igreja católica, que avançaria junto com o ‘moderno’ Estado brasileiro, lado a lado com a reforma urbanística e que afetou também os meios culturais e artísticos da cidade, que a construção do Casarão 34 – outrora conhecido como a Confederação Católica – surgiu. Foi com a visualidade de um ‘embelezamento’ da cidade com a nova arquitetura, que o monumento abrigou – e abriga até os dias atuais – diversas atividades artístico-culturais.



As Confederações Católicas eram instituições criadas pela igreja católica que foram “disseminadas em todo o Brasil, nos idos das primeiras décadas do século XX”<sup>33</sup>. Essas instituições representam uma nova fase da igreja, designada sob o nome de “restauração católica”<sup>34</sup> e tinham como mote reconduzir o país ao seu “destino de progresso”<sup>35</sup> através de uma reconstrução da imagem da igreja por meio de iniciativas de caráter social e cultural.

A Confederação Católica era uma espécie de escola de formação de líderes, mas também para a massa popular. Através de ações disseminadas por todo o país, no início do século XX, foram surgindo as primeiras Confederações, onde o “episcopado brasileiro, com a colaboração do clero e laicato, procurou criar uma nova imagem da igreja católica, por meio de uma série de iniciativas de caráter social, sendo a Confederação Católica uma delas”<sup>36</sup>.

Ainda segundo Riolando Azzi, a Confederação devia constituir um instrumento de penetração do pensamento e da concepção cristã de vida na sociedade brasileira, através de diversos eventos nas mais diversas linguagens, incluindo as áreas culturais e artísticas – voltadas aos padrões morais que a igreja católica pregava como tal. Uma das primeiras Confederações Católicas que surgiram no Brasil foi a de João Pessoa – na época, nomeada ‘Cidade da Parahyba’<sup>37</sup>.

Além do surgimento das Confederações Católicas pelo Brasil, outro fator importante para concretizar a construção do palacete da Confederação de João Pessoa foi a elevação da Diocese da Paraíba para Arquidiocese, em 1914<sup>38</sup>, e com essa elevação de posto a igreja católica passou a possuir mais autoridade para proceder com a reforma religiosa na criação de novas instituições e metas. Com essa nova mudança, o bispo – agora arcebispo do Estado da Paraíba, Dom Aduino Aurélio de Miranda Henriques, teve um papel essencial na reinvenção da Igreja católica paraibana. Seu nome foi tão importante que, dentre outras homenagens, a praça, antigamente chamada de praça Conselheiro Henriques, foi renomeada para Praça Dom Aduino em sua homenagem, em 6 de fevereiro de 1919.

#### **O Eclétismo do Casarão 34**

O projeto da Confederação Católica – atual Casarão 34 – portanto, foi construído a mando do novo arcebispo da Paraíba – o já descrito Dom Aduino de Miranda. Nos arquivos eclesiásticos da Arquidiocese da Paraíba há uma série



de *Annuarios Ecclesiasticos* que descrevem diversas atividades regidas pela igreja em determinados anos. No volume II dos *Annuarios*, entre o decênio de 1908-1918, escrito pelo cônego Francisco Severiano e publicado em 1919, relata que

No louvavel intuito de dar maior impulso á acção social catholica da sua archidiocese S. Excia. Revma., o Snr. Dom Aducto, fez construir este anno na cidade metropolitana um vasto e elegante predio para séde das associações catholicas de homens da capital, circulo catholico dos operarios, assembléas geraes das mesmas associações e sala especial para diversões, com palco e um optimo cinematographo *pathé*<sup>39</sup>.

Esse “vasto e elegante predio”, nomeado como “Confederação Catholica”, foi inaugurado em 1918, já na localidade referida – na atual praça Dom Aducto. O local em que foi construído era estratégico, pois a Confederação se direciona em frente do palácio Episcopal e da Igreja do Carmo, formando, portanto, um vasto conjunto arquitetônico Carmelita, com funções e estilos arquitetônicos de diferentes épocas e estilos, do rococó ao eclético, sendo edifícios importantes para o patrimônio material da cidade de João Pessoa. Neste cenário, o arquiteto Hermenegildo Di Lascio, da Firma Cunha & Di Lascio<sup>40</sup>, projetou e reformulou muitas praças e edifícios na cidade:

Ao passarmos pela Rua das Trincheiras, principalmente no trecho que hoje corresponde à Avenida João da Mata, nos deparamos com a balaustrada que separa o logradouro público do abismo que o margeia e com diversos palacetes ecléticos que foram projetados e executados pela firma de engenharia e arquitetura Cunha & Di Lascio [...] Como uma das firmas mais solicitadas à época, realizaram obras em diversas localidades do atual Centro Histórico [...]<sup>41</sup>.

É de sua autoria o edifício dos Correios e Telégrafos (**figura 08**) e a loja maçônica Branca Dias (**figura 11**), por exemplo, todos em estilo eclético. Porém, é interessante notar que não foram encontrados registros sobre quem projetou o Casarão 34, mas sabe-se que Di Lascio, através de sua firma, tomou conta do projeto de construção da antiga Praça Conselheiro Henriques (**ver figura 08**) e no mesmo ano em que o palacete da Confederação foi construído: [...] “no ano de 1918 foi firmado com a firma Cunha & Di Lascio o projeto da Praça Conselheiro Henriques no valor de (22:000\$000)”<sup>42</sup>.



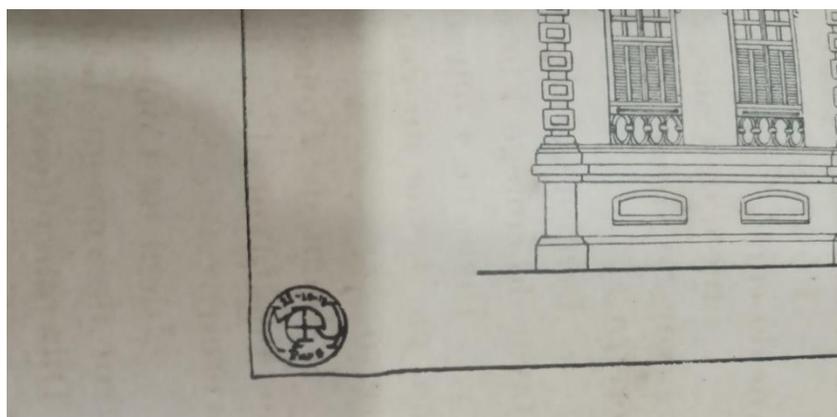
[Fig. 12]: Primeiro projeto do Casarão 34, 1918. João Pessoa-PB. Acervo do Arquivo da Arquidiocese da Paraíba. Fotografia da autora, 2021.



[Fig. 13]: Primeiro projeto do Casarão 34 [detalhe], 1918. João Pessoa-PB. Acervo do Arquivo da Arquidiocese da Paraíba. Fotografia da autora, 2021.



[Fig. 14]: Primeiro projeto do Casarão 34 [detalhe], 1918. João Pessoa-PB. Acervo do Arquivo da Arquidiocese da Paraíba. Fotografia da autora, 2021.





**[Fig. 15]:** *Fachada atual do Casarão 34*, 2021. João Pessoa-PB. Fotografia da autora.

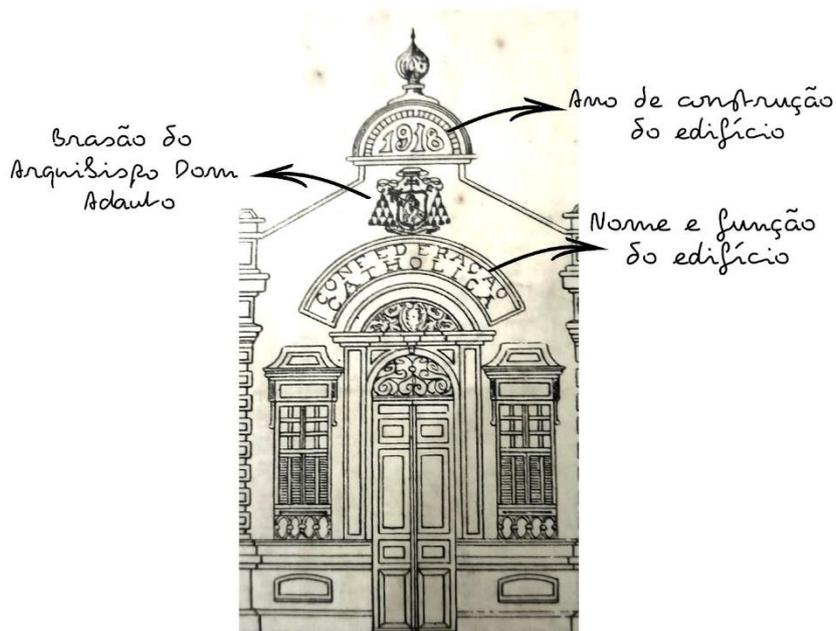
Analisando de maneira breve a antiga fachada com alguns elementos específicos, é interessante notar que muitas construções, em essencial aquelas surgidas nas primeiras décadas do século XX e em estilo eclético, possuíam alguns detalhes na fachada para mostrar ao transeunte qual era o papel da obra arquitetônica e de quem pertencia àquele determinado edifício:

[...] os artesãos procuram deixar nas edificações marcas simbólicas de identidade, que vão desde os brasões da cidade natal, monogramas, datas representativas até a fusão de elementos buscados nos manuais ou copiados de outros edifícios, que enfeixavam as aspirações de prestígio e ascensão dos encomendantes<sup>43</sup>.

Apenas três anos depois, em 1921, o edifício sofreu mudanças na fachada<sup>44</sup> para abrigar a nova sede do jornal *A Imprensa*. Alterações como a retirada do nome “Confederação Catholica” e do ano “1918” foram feitas e serão analisadas a



seguir, pois é como a atual fachada do Edifício se projeta nos dias atuais. Detalhe em destaque na parte inferior esquerda do desenho do projeto (**ver figura 14**), que provavelmente era o timbre<sup>45</sup> do arquiteto ou da firma que concretizou o Casarão 34.

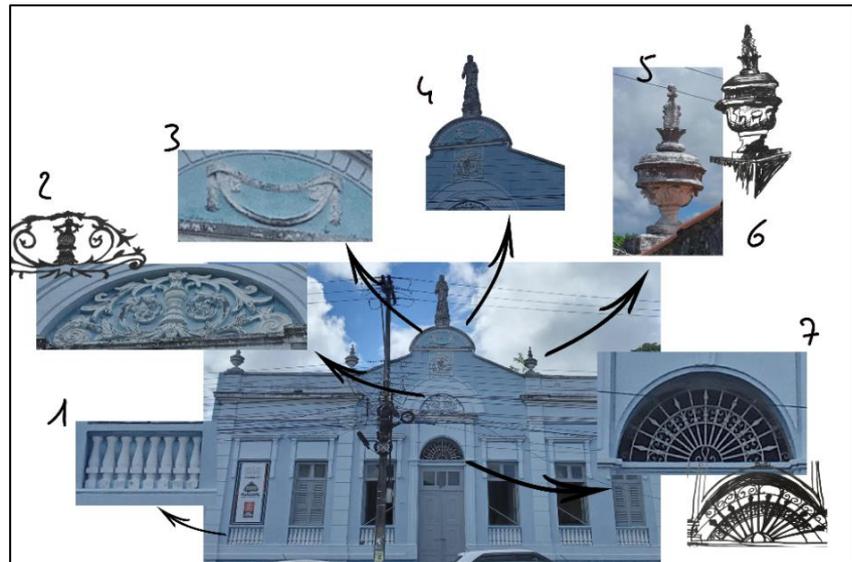


[Fig. 16]: Esquema com detalhes da fachada do Casarão em 1918. João Pessoa-PB. Acervo do Arquivo da Arquidiocese da Paraíba. Fotografia e esquema da feitos pela autora, 2021.

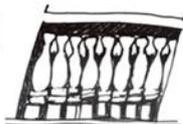
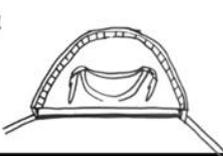
A fachada atual do Edifício se encontra hoje quase que idêntica à do projeto de 1918, em exceção das mudanças feitas acima citadas e alguns elementos mais decorativos que não estão mais presentes e outros que foram acrescentados, como os vasos na segunda parte mais alta da fachada. A fachada eclética mistura elementos e formas de alguns estilos – como elementos do Barroco, Neoclássico e Neogótico, vistos e explicados nos esquemas abaixo. O primeiro esquema deu ênfase às referências de cunho decorativo e ornamental da fachada (**ver figura 17**). Já o segundo (**ver figura 18**) enfatiza mais as questões técnicas da fachada eclética.



[Fig. 17]: Esquema explicativo e análise da fachada do Casarão 34, 2021. João Pessoa-PB. Fotografia e desenhos da autora.



179

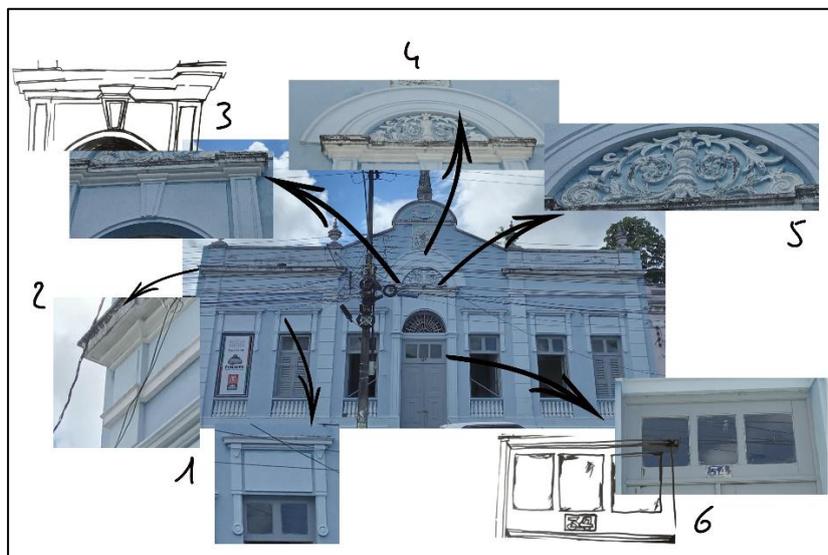
IDENTIFICAÇÃO	TERMO	CONCEITO
1 	Balaústre	Colunetas redondas ou poligonais de pedra ou madeira, em geral bastante ondulada e modelada, que sustenta um parapeito ou um corrimão.
2 	Sobreporta	Peça ornamental, geralmente composta por uma pintura ou trabalhado no relevo, localizada diretamente acima da porta. O detalhe é conhecido como <i>friso com folhagem</i> .
3 	Festão	Representação decorativa de uma fileira ou guirlanda de flores, folhagens, fitas ou outro elemento do gênero, suspensa em uma curva entre dois pontos.
4 	Frontão	Remate de uma parede de empena que oculta as declividades de um telhado, especialmente aqueles com uma silhueta ornamental.
5 	Florão	Ornamento relativamente pequeno, normalmente folhado, na extremidade de algo.
6 	Compoteira	Essa tipologia tem como forma principal a esfera, e apresenta elementos na parte superior. Os motivos decorativos geralmente são elementos fitomórficos, principalmente flores e folhas de acanto, apresentando ainda estrelas ou lóbulos.
7 	Bandeira Arqueada	Janela semicircular ou semi-elíptica localizada acima de uma porta ou outra janela.

[Quadro 1]: Conceitos do esquema da figura 17 acerca dos elementos decorativos da fachada, 2021. Desenhos da autora.



Neste primeiro esquema, nota-se a presença de alguns ornamentos ou técnicas que eram presentes em outros estilos arquitetônicos. O frontão e o florão, por exemplo, eram utilizados na arquitetura gótica (e posteriormente na neogótica). O friso com folhagem presente na sobreporta da fachada eram ornamentos muito utilizados nas decorações de fachadas do estilo barroco. Os balaústres nas janelas estão muito presentes nas obras arquitetônicas neoclássicas. E os festões são elementos decorativos que estão essencialmente presentes nas arquiteturas ecléticas. Um exemplo são as residências na figura 10 (rua Duque de Caxias) que possuem os mesmos festões nos frontões de suas fachadas.

180



[Fig. 18]: Esquema explicativo e análise da fachada do Casarão 34, 2021. João Pessoa-PB. Fotografia e desenhos da autora.

[Quadro 2]: Conceitos do esquema da figura 18 acerca dos elementos decorativos da fachada, 2021. Desenhos da autora

IDENTIFICAÇÃO	TERMO	CONCEITO
1 	Cornija em janelas	Cornija é qualquer moldura decorativa horizontal que coroa um elemento de construção ou mobiliá, muito presente também nas janelas.
2 	Cornija	Moldura horizontal. A função da cornija saliente de um edifício é libertar a água das chuvas das paredes do edifício.
3 	Cornija em portas	Moldura horizontal, também presente em cima da porta principal.
4 	Frontão cimbrado	O frontão cimbrado é semicircular e pode estar presente no topo da fachada, encimando um frontispício, ou no topo de uma porta de entrada, encimando-a e podendo estar relacionado com outros elementos decorativos.
5 	Timpano do arco	Área onde geralmente recebe elementos decorativos de diversas naturezas, sejam da fauna, flora ou de outras tipologias.
6 	Placa	Pequena chapa de identificação colocada na porta de entrada de uma casa ou ambiente, onde se lê o nome do ocupante, o número da casa ou apartamento, ou outro tipo de informação semelhante.



Neste esquema também há a presença de elementos ornamentais, mas também funcionais. Há influência neoclássica, como as cornijas e os frontões cimbrados. No estilo neoclássico, os frontões se subdividem em vários termos, como os interrompidos ou triangulares<sup>46</sup>. Os interrompidos são essencialmente utilizados na arquitetura eclética, com elementos esculturais ou estátuas no meio do arco que representam, geralmente, a função do edifício ou a quem ele pertence.

No último esquema sobre a fachada do Casarão 34 há dois elementos ornamentais que narram um pouco mais a história do Edifício: a quem pertenceu (e ainda pertence) o edifício e quem mandou construir: o brasão do Arcebispo Dom Adauto e uma escultura na representação do sagrado (imaculado) coração de Maria. Geralmente estes tipos de esculturas – e que fazem parte de edifícios mais específicos, como os de cultura, comércio ou religiosos – são conhecidas como atributos<sup>47</sup>. Se relacionam diretamente com o termo já debatido de arquitetura falante, que, através de seus ornamentos ‘principais’, passam mensagens para a sociedade sobre sua história e origens. Atualmente, a escultura e também o brasão encontram-se com necessidade de intervenções de restauro. A escultura está com o braço direito ausente, além de ter uma abertura considerável na parte de trás.

181

[Fig. 19]: Esquema explicativo e análise da fachada do Casarão 34, 2021. João Pessoa-PB. Fotografia e desenhos da autora.

Brasão do  
arcebispo  
Dom Adauto



Imaculado  
Coração de  
Maria  
(Atributo)



**[Fig. 20]:** Detalhe da parte de trás do frontão e da escultura da fachada, 2021. João Pessoa-PB. Fotografia da autora **[Fig. 21]:** Detalhe nº2 da parte de trás do frontão e da escultura da fachada, 2021. João Pessoa-PB. Fotografia da autora.

Discutida a questão da origem do monumento histórico Casarão 34 e a importância tanto do prédio em si, bem como a de sua preservação hoje, é interessante elencar aqui uma breve discussão sobre como a arquitetura eclética foi escanteada por intelectuais, artistas, escritores e até arquitetos do século XX. Alguns estilos e correntes artísticas na História 'linear' da Arte (e aqui mais especificamente os da história da arquitetura) nem sempre foram reconhecidamente valorizados como obra e/ou monumento histórico e que, a partir de um determinado período, como já visto, a salvaguarda e preservação são necessárias. A arquitetura eclética entra nesta discussão aqui no Brasil, e em boa parte do século XX foi debatida fervorosamente acerca dos seus valores artísticos, históricos e culturais.

Devido às suas características, por muito tempo não foi considerada propriamente um estilo, "mas sim apenas uma variação de outros estilos"<sup>48</sup>. Foi pensando por esse caminho, onde facilmente se leva a arquitetura eclética à categoria de 'decoração', que desde o final da década de 1920 para o início de 1930 os modernistas brasileiros fizeram duras críticas ao movimento, o que dificultou um aspecto muito importante no passar dos anos: seu reconhecimento como bem cultural brasileiro e sua preservação:



Para Lúcio Costa, a arquitetura de todos os estilos, o Ecletismo, não tinha estilo e não merecia entrar na história da arquitetura brasileira. Esse pensamento foi o fio condutor da pesquisa histórica e da preservação do patrimônio, com isso temos o Ecletismo desprezado de um lado contra uma supervalorização do colonial<sup>49</sup>.

O Ecletismo sofreu “inúmeros julgamentos negativos e que cabe ao historiador tentar mostrar as contribuições da arquitetura eclética, que é um patrimônio ainda por ser desvendado e desmistificado em alguns aspectos”<sup>50</sup>. É recente a valorização histórica e estética da arquitetura eclética no âmbito patrimonial e da história das Artes Visuais no Brasil.

No caso do Casarão 34, também é recente a legislação que o protege e o preserva como monumento histórico. Há leis e decretos que o salvaguardam hoje, além de estar pré-estabelecido seu tipo de preservação e o que pode ser feito para sua conservação. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico da Paraíba - IPHAEP possui um parecer exclusivamente sobre o Casarão 34, que predispõe:

O imóvel em questão está situado na Área de Preservação Rigorosa - APR do Centro Histórico Inicial de João Pessoa, delimitado pelo Decreto Estadual N.º 25.138/2004 e é classificado quanto ao Grau de Preservação como de Conservação Total – CT. Sendo assim, encontra-se protegido pelo Decreto Estadual N.º 7.819/1978 e pela Lei N.º 9.040/2009 [...]<sup>51</sup>.

A lei em questão - N.º 9.040/2009 - dispõe em detalhes sobre a disposição e as atividades do IPHAEP, que é o órgão a nível estadual que salvaguarda, preserva, promove e fiscaliza os bens culturais materiais e imateriais do Estado da Paraíba. Houve uma alteração em 2015 (lei n.º 10.523/2015) que alterou alguns artigos da lei descrita acima, mas ela continua em vigor sem muitas alterações.

Já os decretos mencionados pelo IPHAEP são acerca do livro de tombamento do Estado e acerca do Centro Histórico e suas áreas de preservação. O decreto estadual N.º 7.819/1978 regulamenta sobre o cadastramento e tombamento dos bens culturais, artísticos e históricos no Estado da Paraíba e dá outras providências, e o decreto N.º 25.138/2004 que, através do Conselho de Proteção dos Bens Históricos Culturais - CONPEC (órgão vinculado ao IPHAEP) aprovou o tombamento do Centro Histórico Inicial da cidade. No decreto também compõem duas tipificações importantes para os monumentos históricos: das áreas de preservação do Centro Histórico e a tipificação dos níveis de intervenção para as edificações contidas nas áreas de preservação do Centro Histórico de João Pessoa.



Esses três atos legais são seguidos com rigor e toda e qualquer interferência no palacete exige a consulta dos dois decretos e da lei acima descritos: “Toda e qualquer intervenção, reforma ou manutenção, antes de executada deverá ser formalmente requerida ao IPHAEP, ficando condicionada a sua aprovação”<sup>52</sup>. É importante lembrar também que todo e qualquer ato feito sem consultar os aportes legais e ao órgão do IPHAEP implicará em penalidades previstas em lei.

Quanto à área de preservação do Centro Histórico, o Casarão 34, sendo um imóvel localizado na Praça Dom Adauto, está na Área de Preservação Rigorosa - APR. Esse perímetro engloba

[...] o conjunto dos logradouros públicos, dos lotes e edificações com qualquer limite voltado para eles, que possuam ao menos uma das características abaixo relacionadas, cujos elementos que o compõem, inclusive o próprio traçado urbano, devam ser preservados, valorizados, restaurados ou adaptados às características arquitetônicas e urbanísticas originais: - concentra grande densidade de exemplares significativos da arquitetura religiosa, civil, Institucional e militar; - possua conjuntos de edificações que, pela continuidade, harmonia e uniformidade, mesmo tratando-se de construções de natureza popular, formam a ambiência de edifícios significativos; - está relacionado a acontecimentos históricos ou a personalidades locais, estaduais e nacionais; - constitua testemunho das práticas e tradições de uma época ou de um momento da sociedade; - exemplifica a evolução estilística ou tecnológica da arquitetura; - possua elementos naturais portadores de significação histórica, paisagística ou ambiental<sup>53</sup>.

Já o grau de conservação descreve o estado físico do Casarão 34, abordando toda sua materialidade e principalmente seu estado de preservação. O Casarão 34 é uma edificação com grau de Conservação Total – CT, de acordo com o IPHAEP. O grau de CT é “Toda construção que mantiver preservada grande parte de suas características espaciais, estruturais, volumétricas, tipológicas e decorativas originais”<sup>54</sup>. O grau de CT também dá ao imóvel a garantia de não ser passível de demolições e destruições. Qualquer tipo de intervenção ou algum ato que tiver contato com a estrutura do Casarão 34, terá que seguir as normas:

I. Preservação das cobertas originais e a adequação daquelas cujas tipologias tradicionais foram alteradas; II. Preservação e restauração da composição tipológica original dos vãos, portas e janelas das fachadas dos imóveis; III. Preservação e restauração das características estilísticas e ornamentais das fachadas dos imóveis; IV. Eliminação de revestimentos em materiais conflitantes, a exemplo de cerâmicas e materiais vidrados, das fachadas dos imóveis, exceção feita aos materiais da tipologia original do imóvel, a exemplo de cantaria e azulejaria antiga; V. Eliminação de qualquer elemento ou equipamento visível de instalação pública e predial das fachadas dos imóveis; VI. Eliminação de pinturas com qualquer acabamento brilhante sobre as alvenarias das fachadas dos imóveis; VII. Preservação da imagem tradicional do imóvel removendo-se elementos que ocultem suas fachadas, como falsas fachadas, balanços, toldos fixos ou marquises, adequando-se ao que estabelece o Código de



Posturas do Município de João Pessoa; VIII. Remoção de instalações ou volumes, provisórios ou permanentes sobre as coberturas dos imóveis que sejam visíveis das ruas próximas; IX. Preservação de elementos estruturais originais, ressalvado o disposto no item XII abaixo; X. Preservação da distribuição interna das paredes portantes ou divisórias, de forma a não alterar a estabilidade da estrutura ou a proporção dos espaços interiores originais, ressalvado o disposto no item XII abaixo; XI. Preservação dos espaços livres originais, destinados aos pátios internos, quintais e jardins, nos imóveis, e XII. Reparação ou adaptação da distribuição espacial interna e da cobertura estritamente necessária à melhoria das condições de estabilidade, salubridade, habitabilidade, ventilação e insolação dos mesmos<sup>55</sup>.

Neste estudo, portanto, foram vistas não só as causas construtivas de sua origem – a Confederação Católica, por exemplo – mas também suas características estéticas-funcionais. Contextualizando o período através de dados no âmbito religioso, arquitetônico e urbanístico do início do século XX na cidade de João Pessoa, se compreende de maneira mais complexa e detalhada o motivo de como e do porquê surgem alguns projetos e obras, como no caso do Casarão 34, por exemplo.

### **Considerações finais**

A arquitetura eclética vai além do conceito de ‘decoração’ ou ‘mistura de estilos’. Ela ditou uma época e transformou o desejo da grande burguesia e de outros grupos sociais em tornar visível, através da arquitetura, a grandiosidade e a monumentalidade dos espaços através de seus poderes e sua posição na sociedade, além de dar importância e significado aos ornamentos (e a quantidade deles).

No caso da análise do Casarão 34 enquanto exemplar material de uma arquitetura e de uma época, viu-se que há elementos de várias correntes da historiografia da arquitetura, mas também há ornamentos e esculturas que são próprias e foram pensados unicamente para este imóvel. Portanto, saber ler os aspectos visuais/materiais da arquitetura nos faz entender, também, a história das cidades e dos processos sociais, econômicos e culturais de uma época, fazendo dos exemplares ecléticos, conseqüentemente, patrimônios importantes e essenciais para a estrutura urbana e social das cidades.

**Notas e Bibliografia**

<sup>1</sup> Dom Adauto Aurélio de Miranda Henriques (1855-1935), foi bispo (1894) e arcebispo (1914) da Arquidiocese da Paraíba.

<sup>2</sup> MOURA FILHA, Maria Berthilde. **O Cenário da Vida Urbana: A Definição de um Projeto Estético para as Cidades Brasileiras na Virada do Século XIX/XX.** João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 2000, p. 85.

<sup>3</sup> BONAMETTI, João Henrique. A Arquitetura Eclética e a Modernização da Paisagem Urbana Brasileira. **Revista Científica FAP.** Curitiba, v.1, jan/dez de 2006, p. 2.

<sup>4</sup> MOURA FILHA, *op. cit.*, p. 93.

<sup>5</sup> MOURA FILHA, *op. cit.*, p. 105.

<sup>6</sup> A qualidade estética das edificações era um dos elementos que requeria grande atenção do poder público e da própria população.

<sup>7</sup> O prefeito, que no início do século XX era conhecido como “governador” Camilo de Holanda, governou a cidade da Parahyba entre 1916-1920.

<sup>8</sup> MENESES, Marcondes Silva. **O Processo de Demolição e Desmonte das Irmandades Religiosas na Cidade da Parahyba (1923-1935): “O Caso das Mercês”.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014, p. 76.

<sup>9</sup> MENESES, *op. cit.*, p. 76.

<sup>10</sup> MORAIS, Fernando de Oliveira. Praça Dom Adauto: História e Morfologia na Cidade de João Pessoa (PB). In: XVIII ENANPUR. Natal, maio de 2019. 1-20 p. **Anais eletrônicos.** Disponível em <http://anpur.org.br/xviiienganpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=198>. Acesso em: 09/07/2020, p. 9.

<sup>11</sup> GUEDES, Kaline Abrantes. **O Ouro Branco abre Caminhos: o algodão e a modernização do espaço urbano na cidade da Parahyba (1850-1924).** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. 2006, p. 79-80.

<sup>12</sup> MORAIS, *op. cit.*, p. 9.

<sup>13</sup> O Neoclassicismo adota o estilo greco-romano como modelo de equilíbrio, proporção, clareza, condenando os excessos de uma arte que tinha sua sede de imaginação (como anteriormente o barroco e o rococó). “O neoclassicismo não é uma estilística, mas também uma poética” (*In: ARGAN, Giulio Carlo. Arte Moderna: do Iluminismo aos Movimentos Contemporâneos.* São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p.23).

<sup>14</sup> Enquanto o historicismo (neoclassicismo) buscou “reviver um passado e construiu representações da história, inscrevendo a arquitetura moderna em um estilo antigo”, o Ecletismo usou elementos e “sistemas da história para inventar uma arquitetura adaptada aos novos tempos”. (*In: PEDONE, Jaqueline Viel Caberlon. O Espírito Eclético.* Dissertação (Mestrado em Arquitetura) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002. p.127).



15 Expressão ‘típica do espírito modernista’. O movimento *art nouveau*, assim como o eclético, corresponde muito a uma elite burguesa e também ao fetichismo da mercadoria. De maneira resumida e breve, (e principalmente aplicando-se na arquitetura) o *art nouveau* está ligado à temática naturalista, à recusa da proporção e da simetria e com forte influência da arte e grafismos orientais.

16 Vem do grego *eklektikós* e, na definição do dicionário Michaelis, é “Que seleciona e/ou adota o que há de melhor nas várias doutrinas, ideologias, métodos, estilos”. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?id=GVQ3> Acesso em: 01/12/2021.

17 BONAMETTI, *op. cit.*, p.2-3.

18 MARTINS, Ana Paula da Silva Dutra. **O Patrimônio Eclético no Rio de Janeiro e a sua Preservação**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Arquitetura) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009, p.3.

19 CHING, Francis D. K. **Dicionário visual de arquitetura**. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p.146.

20 O Eclétismo se construiu e se desenvolveu na École des Beaux-Arts, a mais importante escola de arquitetura do século XIX.

21 PEDONE, *op. cit.*, p. 131.

22 “A República proclamada em 1889 adotou oficialmente o estilo eclético”. In TIRAPELI, Percival. *Arte Imperial: do Neoclássico ao Eclétismo – século XIX*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2006. p.32).

23 FABRIS, Annateresa. A Crítica Modernista à Cultura do Eclétismo. **Revista Italianística**, ano III, nº 3, p. 73-84, 1995, p. 73.

24 Essas tipologias de construções no século XIX eram feitas, predominantemente, em estilo neoclássico.

25 PEDONE, *op. cit.*, p. 127.

26 REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil**. 4.ed. São Paulo: Perspectiva, 1978, p. 186.

27 FABRIS, *op. cit.*, p. 75.

28 PEDONE, *op. cit.*, p. 135.

29 PATETTA, Luciano. Considerações sobre o Eclétismo na Europa. In FABRIS, Annateresa (org.). **Eclétismo na Arquitetura Brasileira**. São Paulo: Ed. Nobel/Edusp, p. 8-27, 1987, p. 14-15.

30 MARTINS, *op. cit.*, p. 12-13.

31 PEDONE, *op. cit.*, p. 136.

32 Antes mesmo de iniciar seu rol, diz-se: “Prohíbe a intervenção da autoridade federal e dos Estados federados em matéria religiosa, consagra a plena liberdade de cultos, extingue o padroado e estabelece outras providências”. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1851-1899/D119-A.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D119-A.htm). Acesso em: 17/12/2020.



33 SOUSA JÚNIOR, José Pereira de. **Estado Laico, Igreja Romanizada na Paraíba Republicana: Relações Políticas e Religiosas (1890 – 1930)**. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015, p.153.

34 AZZI, Riolando. O Início da Restauração Católica no Brasil: 1920 - 1930. Síntese: **Revista de Filosofia**. Belo Horizonte, MG. v. 4, n. 10, p.65-89, 1977. Disponível em: <http://faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/article/view/2398>. Acesso em: 12/12/2020, p. 87.

35 SOUSA JÚNIOR, *op. cit.*, p.154.

36 AZZI, *op. cit.*, p. 63.

37 No ano de 1654, com a “expulsão e retomada do controle político-administrativo, econômico e militar por parte dos portugueses, a cidade passou a se chamar Cidade da Parahyba, permanecendo essa denominação até o ano de 1930”. (In: OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. O que se Preservou em João Pessoa ou de Quando a Arte e a Arquitetura Definem o Patrimônio Cultural de uma Cidade. **Revista Cordis: Comunicação, Modernidade e Arquitetura**, n. 8, jan./jun. p. 367-396, 2012. p. 369).

38 A arquidiocese [...] foi elevada a este posto em 6 de fevereiro de 1914 através da bula *maius catholicae religionis incrementum*ve do papa São Pio X (BARBOSA, Antônio - **Relíquias da Paraíba - Guia aos Monumentos Históricos de João Pessoa e Cabedelo** – Rio de Janeiro: Editora Eu e Você, 1985, p.45).

39 SEVERIANO, Cônego Francisco. **Anuario Ecclesiastico da Parahyba do Norte**. Parahyba do Norte: Torre Eiffel, Vol. II. 1919, p. 1009, grifos da autora.

40 A firma era formada pelos sócios Hermenegildo Di Lascio, arquiteto italiano e Avelino Cunha, engenheiro paraibano.

41 AFONSO, Felipe Valentim. **As Casas de Mário Di Lascio: Projeto, Tempo e Lugar**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) João Pessoa: UFPB, 2019, p. 27.

42 GUEDES, *op. cit.*, p. 123.

43 FABRIS, *op. cit.*, p. 76.

44 Não foram encontradas fontes relatando as mudanças no interior do palacete. Porém, há relatos de que seu interior (a estrutura em si, as grandes colunas do espaço expositivo e seu mezanino, por exemplo) ainda se preserva como no primeiro projeto do edifício.

45 Em alguns países, um carimbo utilizado por um arquiteto, engenheiro ou projetista registrado nos desenhos de construção e nas especificações a fim de atestar a regularidade do profissional junto à jurisdição onde será executada a obra.

46 KOCH, Wilfried. **Dicionário dos Estilos Arquitetônicos**. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

47 Objeto designado como símbolo característico de uma personagem representada, referindo-se a sua posição, aos milagres ou a acontecimentos particulares da sua vida, podendo também ser a representação de santos e seus atributos, musas e/ou santos auxiliares.



48 MARTINS, *op. cit.*, p. 4.

49 MARTINS, *op. cit.*, p. 15.

50 MARTINS, *op. cit.*, p. 10.

51 INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO DA PARAÍBA (IPHAEP). **Pré-análise da classificação quanto ao grau de preservação do imóvel nº 34**. Coordenadoria de arquitetura e ecologia do IPHAEP, 2020, p. 1.

52 INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO DA PARAÍBA (IPHAEP), *op. cit.*, p.1

53 ESTADO DA PARAÍBA, **Decreto Nº 25.138 de 28 de Junho de 2004**. João Pessoa: Paraíba, Poder Executivo. Disponível em: <[http://static.paraiba.pb.gov.br/diariooficial\\_old/diariooficial200205.pdf](http://static.paraiba.pb.gov.br/diariooficial_old/diariooficial200205.pdf)> Acesso em: 06/01/2022 p. 9.

54 INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO DA PARAÍBA (IPHAEP), *op. cit.*, p.1.

55 INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO DA PARAÍBA (IPHAEP), *op. cit.*, p.1-2.

Artigo enviado para publicação: **02.08.2022**

Artigo aceito para publicação: **12.12.2022**